

INSTITUTO FEDERAL

São Paulo

**CONCURSO PÚBLICO PARA PROFESSOR DE
MAGISTÉRIO DO ENSINO BÁSICO, TÉCNICO E
TECNOLÓGICO - EDITAL Nº 55/2024
ÁREA: PORTUGUÊS/LIBRAS**

**Instruções
para a
realização
da prova**

- A prova é composta por **40 questões de múltipla escolha**. Para cada questão, há apenas 4 alternativas, devendo ser marcada apenas uma.
- Assinale a folha de respostas com caneta esferográfica preta e transcreva para essa folha as respostas escolhidas.
- Ao marcar o item correto, preencha completamente o campo correspondente, utilizando caneta esferográfica **preta**.

	A	B	C	D
01	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>

- Não deixe nenhuma das 40 questões em branco na folha de respostas.
- A duração total da prova é de 4 horas. **NÃO** haverá tempo adicional para transcrição de gabarito.
- Você poderá deixar a sala e levar o caderno de questões **após 90 minutos do início da prova**.
- Siga corretamente todas as instruções dadas pelo aplicador da prova.

LEGISLAÇÃO

1 A Constituição Federal, em seu capítulo IV, trata da questão da ciência, tecnologia e inovação na ordem estatal brasileira. Não obstante, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia também organiza suas ações baseadas nesse mandamento constitucional por meio do ACTec: Programa de Apoio à Ciência e Tecnologia do IFSP. A Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação do IFSP aprovou o Programa de Apoio à Ciência e Tecnologia do IFSP (PACTec) no Conselho de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação, visando a angariar recursos para pagar bolsas para nossos estudantes participarem de projetos de pesquisa, inovação e extensão, bem como apoiá-los a participar de eventos científicos e tecnológicos.

Fonte: IFSP. Texto adaptado, disponível em: <https://www.ifsp.edu.br/acoes-e-programas/83-pesquisa/4352-programa-de-apoio-a-ciencia-e-tecnologia-pactec-do-instituto-federal-de-sao-paulo>, acesso em 15 de ago. 2024.

Sobre a função do Estado brasileiro no tema tratado, pode-se afirmar que:

- (A) Apesar de essencial ao desenvolvimento na nação, a pesquisa científica básica e tecnológica receberá tratamento secundário do Estado, tendo em vista o bem público e o progresso da ciência, tecnologia e inovação por ser considerada interesse não prioritário, uma vez que a erradicação da pobreza é o maior problema do Brasil.
- (B) O Estado apoiará a formação de recursos humanos nas áreas de ciência, pesquisa, tecnologia e inovação, inclusive por meio do apoio às atividades de extensão tecnológica, e concederá aos que delas se ocupem meios e condições especiais de trabalho.
- (C) É obrigação constitucional dos Municípios vincular parcela de sua receita orçamentária a entidades públicas de fomento ao ensino e à pesquisa científica e tecnológica, uma vez que as cidades que comportam essas atividades são mais beneficiadas que os demais municípios brasileiros.
- (D) O Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI) será organizado em regime de financiamento, exclusivamente, pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com vistas a promover o desenvolvimento científico e tecnológico e a inovação, não prevendo colaboração de outros segmentos.

2 De acordo com a Lei n. 8.429/1992, constitui um dos Atos de Improbidade Administrativa que causa prejuízo ao erário:

- (A) Permitir ou facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem ou serviço por preço médio praticado no mercado.
- (B) Ordenar ou permitir a realização de despesas não autorizadas em lei ou regulamento.
- (C) Celebrar contrato ou outro instrumento que tenha por objeto a prestação de serviços públicos ou privados por meio da gestão associada, observando as formalidades previstas em ofício.
- (D) Conceder benefício administrativo ou fiscal com a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie, independente de dotação orçamentária.

3 De acordo com a Lei n. 11.892/2008 (Lei que Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.), a administração dos Institutos Federais possui os seguintes órgãos superiores:

- (A) O Colégio de Dirigentes e o Conselho Superior.
- (B) O Grupo de Dirigentes e o Conselho Fiscal.
- (C) O Conselho Superior e o Conselho Fiscal.
- (D) O Grupo de Pró-Reitores e o Conselho Administrativo.

4 A carreira de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico é disciplinada pela Lei n. 12.772/2012. No que tange a sua estrutura, acesso, promoção e progressão funcional, é correto dizer:

- (A) A progressão na Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico ocorrerá com base nos critérios gerais estabelecidos nesta Lei e observará, exclusivamente, o cumprimento do interstício de 18 (dezoito) meses de efetivo exercício em cada nível.
- (B) Os docentes aprovados no estágio probatório do respectivo cargo e que atenderem ao requisito de titulação farão jus ao cargo de professor Titular independente de aprovação em processo de avaliação de desempenho.

- (C) O processo de avaliação para acesso à Classe Titular será realizado por comissão especial designada pelo Reitor, autoridade máxima da Instituição.
- (D) A progressão é a passagem do servidor para o nível de vencimento imediatamente superior dentro de uma mesma classe, e promoção, a passagem do servidor de uma classe para outra subsequente, na forma desta Lei.

5 A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. A educação escolar se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias. A preparação geral para o trabalho e a habilitação profissional poderão ser desenvolvidas nos próprios estabelecimentos de ensino médio ou em cooperação com instituições especializadas em educação profissional.

Fonte: Adaptação da LBD - Lei n. 9.394/1996

Com base na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei n. 9.394/1996, a educação profissional e tecnológica abrange:

- (A) a formação continuada somente após a conclusão do ensino médio regular.
- (B) a educação profissional também de nível fundamental nas entidades privadas.
- (C) a educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação.
- (D) a educação infantil através de atividades lúdicas em toda rede federal.

6 De acordo com a Lei n. 8.112/1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, a autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, assegurada ao acusado ampla defesa. Na sindicância, a apuração administrativa poderá resultar:

- (A) Arquivamento do processo.
- (B) Advertência de até 60 (sessenta) dias.

- (C) Suspensão de até 90 (noventa) dias.
- (D) Afastamento preventivo de 150 (cento e cinquenta) dias.

7 De acordo com a Lei n. 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), os telecentros comunitários que receberem recursos públicos federais para seu custeio ou sua instalação, e *lan houses*, devem possuir equipamentos e instalações acessíveis. O percentual de computadores com recursos de acessibilidade para pessoas com deficiência visual que os estabelecimentos citados devem garantir, no mínimo, é:

- (A) 50% (cinquenta por cento) de seus computadores.
- (B) 30% (trinta por cento) de seus computadores.
- (C) 20% (vinte por cento) de seus computadores.
- (D) 10% (dez por cento) de seus computadores.

CONHECIMENTOS PEDAGÓGICOS

8 Faça a leitura do Art. 4º, da Lei n. 12.711/2012, a seguir:

“Art. 4º - As instituições federais de ensino técnico de nível médio reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso em cada curso, por turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que cursaram integralmente o ensino fundamental em escolas públicas.”

Fonte: Lei n. 12.711/2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm. Acesso em: 21 ago. 24.

Após a leitura do artigo, analise, com atenção, a situação abaixo:

Joana é aluna do 9º ano do Ensino Fundamental de uma escola pública de Barretos, onde estuda desde o 1º ano. Desejando estudar no Instituto Federal de São Paulo (IFSP), Joana pediu a seus responsáveis que buscassem, juntos, informações mais detalhadas sobre o processo seletivo para o curso técnico em Alimentos integrado ao Ensino Médio, ofertado pelo *Campus* Barretos do IFSP.

Considerando a Lei n. 12.711/2012, que “Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências” (e suas alterações), a informação correta que Joana e seus responsáveis receberão é a de que,

- (A) concorrendo às vagas reservadas por lei, Joana com sua família deve possuir renda *per capita* igual ou inferior a 1 (um) salário mínimo; caso contrário, Joana deverá fazê-lo na modalidade ampla concorrência.
- (B) ingressando no IFSP a partir da reserva de vagas do processo seletivo, Joana terá prioridade para o recebimento dos auxílios estudantis, visto que é oriunda de escola pública.
- (C) optando pela reserva de vagas, Joana concorrerá inicialmente às vagas de ampla concorrência, sendo que somente se sua nota não for suficiente é que ela concorrerá às vagas reservadas.
- (D) havendo vagas remanescentes no curso desejado por Joana, o preenchimento prioritário se dará por estudantes de escola pública, com chamada posterior para estudantes autodeclarados na forma da lei.

9 Leia, com atenção, o excerto abaixo:

“Outro saber necessário à prática educativa (...) é o que fala do respeito devido à autonomia do ser do educando. Do educando criança, jovem ou adulto. Como educador, devo estar constantemente advertido com relação a este respeito que implica igualmente o que devo ter por mim mesmo. (...) O respeito à autonomia e à dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros.” (Freire, 2019, p. 58)

Paulo Freire discute alguns saberes necessários à prática educativa a partir de uma perspectiva progressista, tendo a autonomia do educando como um dos aspectos centrais. Para atuar de modo coerente com esse princípio, o educador, com base em Freire, deve:

- (A) atuar no espaço pedagógico com neutralidade, aplicando as técnicas e conhecimentos de sua especialidade, de modo a permitir que os educandos desenvolvam e exerçam a própria inteligibilidade.
- (B) assumir a postura dialógica no ensino, reconhecendo a importância da inquietação e da

curiosidade, de tal forma que educandos e educadores aprendam e cresçam na diferença.

- (C) exercer o direito de transgredir a ética, adotando uma prática crítica e questionadora, a fim de que os educandos reconheçam e defendam a educação como força transformadora da sociedade.
- (D) transferir o conhecimento pedagógico, utilizando uma linguagem clara, eficaz e contextualizada, para que os educandos conheçam e apliquem os conceitos necessários à vida escolar e cotidiana.

10 Leia o excerto a seguir:

“A inclusão educacional requer professores preparados para atuar na diversidade, compreendendo as diferenças e valorizando as potencialidades de cada estudante de modo que o ensino favoreça a aprendizagem de todos. A inexistência desta formação gera o fenômeno da pseudoinclusão, ou seja, apenas da figuração do estudante com deficiência na escola regular, sem que o mesmo esteja devidamente incluído no processo de aprender. Estar matriculado e frequentando a classe regular não significa estar envolvido no processo de aprendizagem daquele grupo.”

Fonte: Pimentel, Susana Couto. O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares. In: Org: Theresinha Guimarães Miranda e Teófilo Alves Galvão Filho. Formação de professores para a inclusão saberes necessários e percursos formativos. Salvador: EDUFBA, 2012, p. 140.

Após a leitura do excerto e a partir da tese defendida por Pimentel, analise que tipo de ação é necessária, em sua prática inclusiva, pelo docente:

- (A) investir em atividades de menor complexidade, de maneira que todos os alunos atinjam os objetivos de aprendizagem previstos no projeto de curso.
- (B) criar um currículo novo a partir do desenvolvimento real em sua turma, de modo a assegurar o atendimento à diversidade existente na sala de aula.
- (C) obter um conjunto de saberes quanto ao ato de aprender e à mediação pedagógica no processo de ensinar, de forma a investir na autonomia do estudante.
- (D) limitar as avaliações escolares, a fim de aproveitar o tempo pedagógico dos estudantes com as adaptações curriculares necessárias.

11 Leia o excerto abaixo:

“A prática da avaliação da aprendizagem, em seu sentido pleno, só será possível na medida em que se estiver efetivamente interessado na aprendizagem do educando, ou seja, há que se estar interessado em que o educando aprenda aquilo que está sendo ensinado. Parece um contrassenso essa afirmação, na medida em que podemos pensar que quem está trabalhando no ensino está interessado em que os educandos aprendam. Todavia, não é o que ocorre.” (Luckesi, 2011, p. 58-59)

Agora, analise a figura 1:



Fonte: Pimentel, Mariano; Carvalho, Felipe. Fragmento de infográfico (12/8/2021). Disponível em: <https://horizontes.sbc.org.br/index.php/2021/08/equivocos-sobre-avaliacao/>. Acesso em: 09 set. 2024.

Texto dos quadrinhos:

“Se tirar nota baixa, você será reprovado!”

“O que ainda preciso fazer para o aluno aprender?”

Após a leitura do excerto e a análise da figura 1, com base em Luckesi (2011), marque a opção correta sobre avaliação escolar:

- (A) a avaliação do aproveitamento escolar direciona o aprendizado a partir de uma tomada de decisão, pois tem por base os aspectos essenciais da aprendizagem, objetivando o desenvolvimento do educando.
- (B) a avaliação da aprendizagem possui uma finalidade em si, à medida que subsidia o encaminhamento do planejamento docente, sendo capaz de traduzir o percurso realizado do ponto inicial da aprendizagem ao ponto atual.
- (C) a avaliação escolar se conforma como um modo de verificação do processo avaliativo, uma vez que transforma o processo dinâmico da aprendizagem em passos contínuos e indefinidos, permitindo um cenário de constante revisão pedagógica.
- (D) a avaliação da aprendizagem escolar classi-

fica os alunos em aprovados e reprovados, já que o sistema educacional se sobrepõe aos interesses dos docentes, limitando a aprendizagem efetiva.

12 Leia, com atenção, o excerto abaixo:

“O projeto não é algo que é construído e em seguida arquivado ou encaminhado às autoridades educacionais como prova do cumprimento de tarefas burocráticas. Ele é construído e vivenciado em todos os momentos, por todos os envolvidos com o processo educativo da escola. O projeto busca um rumo, uma direção. É uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso

sociopolítico com os interesses reais e coletivos da população majoritária. É político no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade.” (Veiga, 2011, p. 12-13)

Ao abordar a construção do projeto político pedagógico da escola, Veiga destaca sete elementos básicos coerentes com os princípios de igualdade, qualidade, liberdade, gestão democrática e valorização do magistério. Entre eles:

- (A) o tempo escolar, que segmenta o dia letivo, ocasionando a valorização dos saberes historicamente construídos pela humanidade.
- (B) o currículo, que organiza o conhecimento escolar, permitindo que os conteúdos sejam abordados em diferentes contextos de forma padronizada.
- (C) a avaliação, que parte da necessidade de se conhecer a realidade da escola, delegando a cada docente a avaliação diagnóstica de sua disciplina.
- (D) as finalidades, que se referem aos efeitos intencionalmente pretendidos, enfatizando a responsabilidade de todos na criação de uma identidade da escola.

13 Leia os textos abaixo:

Texto 1

“No que diz respeito à educação básica de jovens e adultos no Brasil, pode-se afirmar que predominam iniciativas individuais ou de grupos isolados, acarretando descontinuidades, contradições e descaso dos órgãos responsáveis (Moura, 2005). Por outro lado, a cada dia, aumenta a demanda social por políticas públicas perenes nessa esfera. Tais políticas devem pautar o desenvolvimento de ações baseadas em princípios epistemológicos que resultem em um corpo teórico bem estabelecido e que respeite as dimensões sociais, econômicas, culturais, cognitivas e afetivas do jovem e do adulto em situação de aprendizagem escolar (Cabello, 1998).” (Moura e Henrique, 2012, p. 115).

Texto 2

A história da educação de jovens e adultos no Brasil é marcada pela luta de diferentes segmentos sociais pela construção de políticas públicas eficazes e específicas para essa modalidade de

ensino. No âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA foi instituído em 2005 para que as instituições federais de educação profissional ofertassem cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores e cursos técnicos de nível médio para a população jovem e adulta. (IFSP, 2024)

Após a leitura dos textos, analisando o que indicam os autores, entre os desafios enfrentados pelo PROEJA, destaca-se:

- (A) a dupla finalidade de erradicar o analfabetismo crescente entre jovens e adultos junto à preparação dessa população ao mercado de trabalho.
- (B) o crescimento da população idosa entre o público escolar do PROEJA e as necessidades de adaptação curricular e de acessibilidade.
- (C) a alta taxa de evasão da população da educação de jovens e adultos somada à falta de uma concepção compensatória para a modalidade.
- (D) a falta de processos sistemáticos de formação continuada dos docentes acrescido à ausência de materiais didáticos adequados.

14 Leia, com atenção, os excertos a seguir:

“A relação entre educação básica e profissional no Brasil está marcada historicamente pela dualidade. Nesse sentido, até o século XIX, não há registros de iniciativas sistemáticas que hoje possam ser caracterizadas como pertencentes ao campo da educação profissional. O que existia até então era a educação propedêutica para as elites, voltada para a formação de futuros dirigentes.”

Fonte: Documento base da educação profissional técnica de nível médio integrada ao Ensino Médio, 2007, p. 10.

“Os Institutos Federais, com uma proposta singular de organização e gestão, no diálogo com as realidades regional e local e em sintonia com o global, costuram o tecido de uma rede social capaz de gerar, em resposta às demandas de desenvolvimento sustentável e inclusivo, arranjos e tecnologias educacionais próprios. Vislumbra-se que se constituam em marco nas políticas educacionais no Brasil, pois

desvelam um projeto de nação que se pretende social e economicamente mais justa. Na esquina do tempo, essas instituições podem representar o desafio a um novo caminhar na produção e democratização do conhecimento.” (Pacheco, 2015, p. 27).

Com base na leitura dos excertos, é fundamental o entendimento de que a história da educação profissional no Brasil tem, na criação dos Institutos Federais, a afirmação do compromisso democrático, ético e cidadão de ruptura com a dualidade entre uma formação para a elite e outra para os trabalhadores. Nessa perspectiva, segundo Pacheco (2015), entre os conceitos fundamentais para a compreensão das concepções que orientam a criação dos Institutos Federais está:

- (A) O trabalho como princípio educativo, que, em síntese, compreende o trabalho como a primeira mediação entre o homem e a realidade social e, por isso, o ser humano, como produtor da sua realidade, adquire conhecimentos que lhe possibilitarão atuar de maneira autônoma e consciente na dinâmica econômica da sociedade.
- (B) A formação humana integral, o que significa pensar na ampliação da jornada de tempo escolar como caminho para uma educação mais complexa e completa, que permita à população trabalhadora ensino de qualidade e maior proteção, com inclusão social aos estudantes mais vulneráveis.
- (C) O trabalho, a ciência, a cultura e a tecnologia, que, integrados ao currículo escolar, atuam numa formação que prioriza a preparação técnica, o treinamento para atividades produtivas e a adequação ao mercado de trabalho, a fim de que o estudante trabalhador assuma uma postura inovadora e flexível, em seu arranjo social e local.
- (D) A pesquisa como princípio pedagógico, para que o educando compreenda que a pesquisa científica é um caminho para transformar a realidade social, devendo o currículo escolar priorizá-la na integração entre educação, ciência e tecnologia, que compõem, juntos, a missão dos Institutos Federais.

15 Leia, com atenção, os excertos abaixo:

“De hoje em diante, que fique combinado que

não haverá mais ‘índio’ no Brasil. Fica acertado que os chamaremos indígenas, que é a mesma coisa que nativo, original de um lugar. Certo? Bem, calma lá. Alguém me soprou uma questão: mais índio e indígena não é a mesma coisa? Pois é. Não, não é. Digam o que disserem, mas ser um indígena é pertencer a um povo específico, Munduruku, por exemplo. Ser ‘índio’ é pertencer a quê? É trazer consigo todos os adjetivos não apreciados em qualquer ser humano. Ela é uma palavra preconceituosa, racista, colonialista, etnocêntrica, eurocêntrica. Acho melhor não a usarmos mais, não é?” (sic)

Fonte: São Paulo. Secretaria Municipal de Educação, 2019, p. 16.

“Ao mesmo tempo, a linguagem como produtora de conhecimento, ao não apresentar de maneira sistemática e elaborada elementos da história e da cultura africanas e afro-brasileiras, elimina não só a possibilidade de as crianças conhecerem tal história e cultura, como também leva à idéia de que não possuem importância, portanto sua ausência se torna normal, natural, a ponto de nem ser denunciada e desejada. Esse fato configura um círculo vicioso de silêncio e silenciamento, que dificulta a reflexão das crianças sobre as relações raciais no cotidiano escolar e, ao mesmo tempo, sobre o próprio pertencimento racial. Por extensão, que essas crianças reflitam e ajam sobre as discriminações experienciadas e percebidas no dia a dia.”

Fonte: Brasil. MEC, 2005, p. 99.

A partir dos excertos apresentados, um caminho eficaz que a escola deve assumir, considerando que o espaço escolar deve romper com práticas racistas e discriminatórias e promover uma educação que reconheça e promova a diversidade étnico-racial, é

- (A) reconhecer o racismo como fenômeno forjado fora do espaço escolar, vinculando o tema às relações familiares.
- (B) valorizar conhecimentos diferenciados sobre a história e a cultura africanas e afro-brasileira e indígenas, utilizando materiais atualizados sobre a diversidade étnico-racial.
- (C) diferenciar a linguagem popular e cotidiana da formal e escolar, combatendo o racismo e a discriminação por meio de campanhas de conscientização.
- (D) influenciar o poder público na criação mais eficaz de políticas para a diversidade, adotando práticas de resolução de conflitos pautadas na admoestação.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

16 Leia o excerto adaptado de Preti (1994): As variedades diastráticas ocorrem em um plano vertical, isto é, dentro da linguagem de uma comunidade específica, seja urbana, seja rural.

	a	c	e	g	i	
	↑	↑	↑	↑	↑	
A ←	↓	↓	↓	↓	↓	→ B
	b	d	f	h	j	

AB – eixo horizontal das variantes geográficas.

ab, cd, ef, gh, ij – eixos verticais das variantes socioculturais.

Nesse cenário, as variações socioculturais podem ser influenciadas por fatores ligados diretamente ao falante (ou ao grupo a que pertence) ou à situação ou a ambos simultaneamente.

Após a leitura do excerto, marque a resposta que associa corretamente o conceito e sua indicação com exemplo dado:

- (A) Idade (variação diatópica) – ligada a vocabulário, como em “tipo assim”, falado por um jovem adolescente em uma situação coloquial.
- (B) Grau de escolaridade (variação diamésica) – atinente ao domínio da norma culta, como em “a gente vamos”, dito por alguém com ensino médio completo a um amigo.
- (C) Posição social (variação diacrônica) – relativa a níveis de linguagem, como em “faz-me um obséquio”, proferido por uma pessoa de classe alta a um subordinado.
- (D) Sexo (variação diafásica) – relacionada a tabus linguísticos, como em “olha a boca, meu filho”, usado por uma mulher para repreender um palavrão dito por ele.

17 Said Ali (2001), ao estudar aspectos da sintaxe da Língua Portuguesa, examina, entre outras diversas categorias do verbo, as funções que os tempos – presente, passado e futuro – assumem na construção dos sentidos dos enunciados, o que intervém diretamente nos processos de compreensão e de produção dos textos. Ao tratar do presente, no indicativo, o

autor observa que o seu uso remete a uma ação que se passa durante o tempo – breve ou longo – em que se discorre sobre um assunto, mas não limitado ao instante fugaz da realização do enunciado. Noutros termos: “não haveria enunciado sem a cognição e portanto sem a preexistência do fato; e, por outra parte, terminado o enunciado verbal, para o qual bastou um só segundo, o fato nem por isso deixará de perdurar ainda algum tempo” (SAID ALI, 2001, p. 310). Diante dessa observação, o linguista examina os complexos fatos da língua portuguesa, procurando descrever as muitas expressões verbais que se servem desse tempo e, então, classificá-las segundo o sentido que estabelecem.

Quanto às propostas de Said Ali, relativas às funções do uso do tempo presente no modo indicativo, que opção expõe, corretamente, em conjunto (descrição, classificação e exemplificação), as ideias do autor?

- (A) Ainda que atos pertencentes ao domínio do passado devam ter, como forma de expressão, o verbo no pretérito, é possível enunciarlos, às vezes, por meio do tempo presente, do *presente-durativo*, a fim de produzir, no espírito do ouvinte, o efeito de impressão mais viva daquelas imagens temporalmente remotas e apagadas, que estão com menos presença na consciência em relação às atuais, como em: “A terra em si é mui estéril, sem água, e toda a que se ali bebe, se traz em camelos [...]” (João de Barros, *Da Ásia*, déc. 2, 1628, f. 189).
- (B) Sempre que se empregar a forma do presente para denotar ações que ainda hão de ser realizadas – o que tem a vantagem de ser uma forma mais simples em relação às do futuro e de ser recurso expressivo de linguagem para produção de impressão mais viva ao expor os sucessos vindouros como se já fossem realidade, sugerindo, assim, ao ouvinte, a certeza do cumprimento das ações sem as incertezas do futuro, teremos o *presente-futuro*, como em: “— Não venha, não; amanhã falaremos” (Machado de Assis, *Dom Casmurro*, 1998, p. 94).
- (C) Se se entender que a forma do presente do indicativo implica ação executada numa série de atos intermitentes de mesma espécie, que se repetem costumeiramente em intervalos mais ou menos longos, sem, entretanto, abranger necessariamente o agora, teremos o *presente frequentativo*, como em: “[...] Senhor, como

empregais e despendeis tantas vezes o preço infinito de vossas palavras [...] com esse infeliz homem?” (Vieira, *Sermão da Primeira Domingo de Quaresma*, VII, 86).

- (D) Quando se souber ou se imaginar que o ato ora em via de execução, expresso pelo presente do indicativo, data de longo tempo e promete continuar por espaço igualmente longo ou indeterminado, sem solução de continuidade, ocorrerá a expressão verbal em função de *presente-histórico*, como em: “O sertão é do tamanho do mundo” (Guimarães Rosa, *Grande sertão veredas*, 1994, p. 96).

18 Leia o excerto adaptado de Marcuschi (2000) a seguir:

Considerada a ideia de que a língua é muito mais um conjunto de práticas discursivas do que apenas uma série de regras ou um sistema de formas simbólicas, podemos pensá-la como prática social, que se manifesta e funciona em dois modos fundamentais: como atividade oral e como atividade escrita.

Com a expressão “fala”, designamos as formas orais do ponto de vista do material linguístico e de sua realização textual-discursiva. O mesmo acontece com a expressão “escrita”, usada para designar o material linguístico da escrita, ou seja, as formas de textualização na escrita.

Em última instância, são dois modos de representação da mesma língua, embora cada um dos dois modos tenha uma história própria.

Analisando o excerto acima e sua formação no curso de licenciatura, em disciplinas da área de língua e de linguística, é correto afirmar, na relação entre variedades, usos, língua oral e língua escrita, que:

- (A) “Recado” é um gênero textual que atende ao domínio discursivo interpessoal na modalidade oral.
- (B) “Advertência” é um gênero textual que atende ao domínio discursivo jurídico na modalidade oral.
- (C) “Convite” é um gênero textual que atende ao domínio discursivo jornalístico na modalidade oral.
- (D) “Comentários” é um gênero textual que atende ao domínio discursivo instrucional na modalidade oral.

19 Considere os aspectos teóricos de **Harold Bloom** sobre a influência e a tradição literária e de **Mikhail Bakhtin** sobre a recepção e a historicidade dos textos e responda à questão:

Bloom (1994) discute como os autores e suas obras dialogam com as tradições literárias e com o público ao longo do tempo, enquanto Bakhtin (1997) enfatiza a importância da historicidade e da recepção dos textos na compreensão de sua relevância cultural e estética.

BLOOM, Harold. *O Cânone Ocidental: Os Livros e o Legado da Literatura*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1994.

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

No exemplo do trecho abaixo, qual alternativa melhor elucida a importância e o impacto da historicidade dos textos e o diálogo entre obras e contextos históricos para a prática da leitura literária?

Os romances de Machado de Assis, produzidos no final do século XIX, refletiam as tensões sociais e políticas do Brasil Imperial. A circulação dessas obras nas livrarias e a recepção crítica da época mostram um diálogo constante entre a literatura e o contexto histórico, revelando a habilidade do autor em manter elementos da tradição literária enquanto rompe com convenções estéticas estabelecidas.

- (A) A historicidade dos textos ajuda a entender apenas as intenções do autor, sem considerar o impacto da obra na época de sua produção e recepção.
- (B) O diálogo entre obras e contextos históricos é irrelevante, pois a literatura deve ser analisada isoladamente, sem levar em conta a influência de outros textos e contextos históricos.
- (C) Compreender a historicidade e o diálogo entre obras e contextos históricos permite reconhecer como a literatura se desenvolve através de movimentos de manutenção da tradição e de ruptura, refletindo e influenciando a realidade de sua época.
- (D) A análise do diálogo entre obras e contextos históricos é importante apenas para entender a vida do autor e não para interpretar a obra literária em si.

20 Leia os documentos a seguir:

Documento 1

ATENÇÃO MELHOR PERDER UM CELULAR DO QUE A SUA LIBERDADE. O aplicativo que o Governo Federal, mais precisamente o Ministério da Justiça, lançou no dia de ontem é, na verdade, uma armadilha para todos nós brasileiros de bem. O aplicativo passa a controlar todo o seu celular, inclusive todas as mensagens trocadas em redes sociais que você utiliza. Ele abre uma porta, inclusive, para que o governo sequestre suas redes sociais, sua lista de contatos e tudo mais que você faz, de maneira privada, no seu celular. O aplicativo fica com acesso ao seu microfone, sua câmera e seu número na operadora. Uma vez instalado, você passa totalmente para as mãos do Ministério da Justiça e fica totalmente exposto para qualquer ação que possa ser direcionada para você. Essa foi a maneira CRIMINOSA que eles encontraram, no apagar das luzes de 2023 com a saída do Dino, para controlar as redes sociais, como o próprio havia prometido. As redes sociais não iriam colaborar da forma que eles queriam para expor a privacidade dos seus usuários. **NÃO INSTALE O APLICATIVO NO SEU CELULAR. MELHOR PERDER O CELULAR DO QUE A SUA LIBERDADE.**

Encaminhe essa mensagem para seus familiares e amigos e compartilhe com outros grupos

Fonte: <https://www.aosfatos.org/noticias/falso-app-celular-seguro-permite-governo-acessar-conteudo/>. Acesso em: 18 ago. 2024. Transcrição.

Documento 2

É falso que app Celular Seguro permite ao governo acessar conteúdo de aparelho

Por Gisele Lobato

Não é verdade que o aplicativo Celular Seguro, que facilita o bloqueio do aparelho em caso de furto ou roubo, vai permitir ao Governo Federal acessar câmera, microfone, lista de contatos ou as redes sociais de quem aderir ao programa, como alega corrente que circula no WhatsApp e vídeos nas redes. Além de não exigir nenhuma permissão de acesso a esses recursos para funcionar, o programa é regido pela LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados), cuja fiscalização é feita por um órgão que possui autonomia em relação ao governo.

Vídeos com a informação falsa acumulam pelo menos 3,9 mil compartilhamentos no Facebook, centenas de curtidas no Instagram e 11,5 mil visualizações no TikTok. A publicação também

circula no WhatsApp, plataforma na qual não é possível estimar o alcance dos conteúdos. [...]

LOBATO, Gisele. É falso que app Celular Seguro permite ao governo acessar conteúdo de aparelho. **Aos fatos**. 26.12.2023. Disponível em: <https://www.aosfatos.org/noticias/falso-app-celular-seguro-permite-governo-acessar-conteudo/>. Acesso em: 18 ago. 2024. Fragmento.

O documento 1, que teve ampla circulação nas redes sociais, foi refutado pelo documento 2. Entretanto, não se pode ignorar o impacto do alcance da (des)informação que pode ser gerada pelas tecnologias digitais de comunicação, uma vez que, segundo o documento 2, “vídeos com a informação falsa acumulam pelo menos 3,9 mil compartilhamentos no Facebook, centenas de curtidas no Instagram e 11,5 mil visualizações no TikTok”.

Como estratégias de construção textual, os estudos de Vanoye (2003) apontam que há mensagens em que o destinador manifesta claramente as suas opiniões ou reações relativamente ao conteúdo de que trata, acrescentando às informações brutas uma carga suplementar constituída de seus sentimentos, seus juízos, sua maneira de ver e de descrever o acontecimento; há mensagens em que a expressão pessoal intervém de maneira dissimulada; e ainda há aquelas em que não se percebe a presença do destinador, ainda que, de fato, tenham sido produzidas por um indivíduo ou uma instituição, porque são produtos de um projeto cujo processo de construção busca a neutralização intencional do “eu”.

Isso considerado, pode-se afirmar que os mecanismos empregados no documento 1, no que diz respeito à construção discursiva do destinador da mensagem, são:

- (A) Delineia um juízo sobre o aplicativo do Governo Federal ao articular de maneira explícita e detalhada os sentimentos e reações relativos ao tema, utilizando uma gama de expressões valorativas que, por meio de ênfase contínua e incisiva, intensificam e consolidam a perspectiva crítica e o posicionamento pessoal manifestados.
- (B) Revela traços notáveis de apagamento da subjetividade ao não manifestar de forma direta e explícita uma postura pessoal em relação ao tema. Isso ocorre por meio da utilização de estratégias discursivas que buscam moderar a expressão direta do “eu”, resultando em uma abordagem que minimiza a evidência de uma opinião individual clara.
- (C) Manifesta poucos indícios de postura subjetiva quanto a seus destinatários, dado que

a elaboração do texto se fundamenta exclusivamente em construções linguísticas impessoais. Esses recursos discursivos, ao adotar uma abordagem que se pretende neutra, resultam em um apagamento substancial da presença do destinatário, obscurecendo significativamente sua identidade e envolvimento no discurso.

- (D) Denota frequentemente os seus juízos por meio de mecanismos que revelam a presença do “eu”, evidenciando certa postura pessoal em suas opiniões; no entanto, adota uma estratégia discursiva deliberada de preservação da despersonalização em relação ao tema, o que visa não somente a mitigar a possibilidade de desqualificação dos argumentos com base na identidade do autor, como também a assegurar a credibilidade, a recepção e a aceitação dos argumentos.

21 O *Manual de Redação da Presidência da República* (2002), que contribui para consolidar “uma cultura administrativa de profissionalização dos servidores públicos e de respeito aos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, com a conseqüente melhoria dos serviços prestados à sociedade” (p. VIII), tem por objetivo uniformizar e simplificar as normas aplicáveis à produção de atos normativos e de comunicações do Serviço Público. Para alcançar o seu propósito, o *Manual* estuda, entre outras, as questões fundamentais da técnica legislativa, aplicadas à redação oficial de gêneros textuais de que se servem os órgãos da Administração Pública.

De acordo com o *Manual de Redação da Presidência da República* (2002), os aspectos relevantes da sistemática externa de uma lei se mostram pelo exame de sua estrutura básica. Qual opção abaixo corresponde às condições basilares para a elaboração e organização do *artigo*, que é a unidade básica para apresentação, divisão ou agrupamento de assuntos em texto normativo?

- (A) O *artigo* deve sempre ter expressões em sentido técnico ou especializado, em razão de seus assuntos que exigem a nomenclatura peculiar ao setor de atividades sobre o qual se pretende legislar. Em leis extensas – normalmente, na legislação codificada, os con-

juntos de *artigos* são reunidos em *Livros*.

- (B) O *artigo* deve sempre ter frases amplas e complexas; nos atos curtos, os primeiros artigos estarão reservados à definição dos objetivos perseguidos pelo legislador e à limitação de seu campo de aplicação; é formado por agrupamento de *Seções* que versam sobre o mesmo tema.
- (C) O *artigo* deve tratar de matérias diversas que guardem alguma afinidade objetiva; deve ter, em seu *caput*, o enunciado do assunto que possa requerer discriminações, apresentando os elementos de discriminação sob a forma de *Capítulos*.
- (D) O *artigo* deve tratar de um único assunto; conterà, exclusivamente, a norma geral, o princípio; as medidas complementares e as exceções deverão ser expressas em *Parágrafos*, que são, na técnica legislativa, os seus desdobramentos.

22 Leia o excerto retirado de Fiorin (2008, p. 128):

“A hiperonímia e a hiponímia são fenômenos derivados das disposições hierárquicas de classificação próprias do sistema lexical. Há significados que, pelo seu domínio semântico, englobam outros significados menos abrangentes. Na taxionomia animal, por exemplo, mamífero engloba felino, canídeo, roedor, primata etc.

O semema da palavra animal tem um domínio semântico muito abrangente. A palavra animal opõe-se às palavras vegetal e mineral no critério de classificação das “coisas” do mundo. Animal e vegetal opõem-se a mineral pela presença do sema /vivo/, e opõem-se entre si porque animal tem o sema /capaz de locomoção/ e vegetal, não”

Após a leitura do excerto, marque a alternativa correta considerando o conceito explicitado:

- (A) Acontecimento é hiperônimo de reunião, uma vez que apresenta um sentido abrangente.
- (B) Escola é hiperônimo de docente, visto que remete à noção de um item ou uma parte de um todo.
- (C) Fruta é hiperônimo de mamão, em razão de simbolizar traço específico de uma subclasse.
- (D) Universo é hiperônimo de planeta, já que admite a ligação a uma classe superior mais abrangente.

23 Leia com atenção o trecho abaixo e responda à questão.

Bakhtin (1997) enfatiza que a construção composicional e o estilo do gênero literário envolvem o uso de recursos coesivos para garantir a coerência e a continuidade do texto. Todorov (1971) complementa que esses elementos são fundamentais para a progressão temática e a construção da narrativa.

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

TODOROV, Tzvetan. *Introdução à literatura fantástica*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1971.

Com base nessas premissas, qual é a função dos elementos coesivos para manter a coerência e progressão temática do texto abaixo?

“Os dias eram longos e áridos, e o sol castigava sem piedade as ruas desertas. O vento, que antes soprava suave, agora trazia apenas poeira e silêncio. No entanto, à noite, quando as estrelas surgiam no céu, uma esperança tímida parecia renascer nas almas cansadas. Era como se o brilho distante iluminasse, mesmo que por um instante, os corações que se haviam acostumado à escuridão.”

Fonte: Cardoso, Rafael. *O Sol e a Sombra*. São Paulo: Editora XYZ, 2018.

- (A) Os elementos coesivos reforçam a continuidade das ações descritas, mantendo a narrativa linear e sem mudanças de perspectiva.
- (B) Os elementos coesivos destacam o contraste entre o dia e a noite, contribuindo para a construção de uma oposição temática entre o desespero e a esperança.
- (C) Os elementos coesivos utilizam repetições e sinônimos para intensificar o sentimento de desesperança ao longo do texto.
- (D) Os elementos coesivos criam uma relação de causa e efeito entre o calor do dia e a esperança da noite, sugerindo que um é consequência do outro.

24 De acordo com a teoria dos gêneros discursivos, apresentada por Bakhtin (1997), todo texto é produzido em um contexto específico, o que implica a necessidade de considerar uma série de fatores para garantir a sua adequação e eficácia comu-

nicativa. Esses fatores incluem o público-alvo, o veículo de circulação, o contexto sócio-histórico, as regularidades do gênero textual e a variedade linguística adequada.

BAKHTIN, Mikhail. *Os gêneros do discurso*. In: *Estética da criação verbal*. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

Considerando essas premissas, imagine que você é responsável por escrever um artigo de opinião para um jornal de grande circulação. O tema é “O impacto das redes sociais na formação da identidade dos jovens”. O público-alvo são leitores de faixa etária variada, com diferentes níveis de escolaridade e acesso à informação.

Qual alternativa apresenta a melhor abordagem para garantir a adequação e eficácia do texto ao contexto de produção e ao público-alvo?

- (A) Escrever de maneira altamente técnica e utilizar jargões acadêmicos, pois o público de um jornal de grande circulação espera uma abordagem sofisticada e especializada, já que os leitores possuem diferentes níveis de escolaridade.
- (B) Utilizar uma linguagem informal e coloquial, com gírias e referências culturais específicas de grupos jovens, para criar identificação imediata com o público jovem e atender a um público variado e amplo, próprios de um jornal de grande circulação.
- (C) Adotar uma linguagem clara e acessível, utilizando exemplos práticos que se conectem ao cotidiano do leitor, garantindo que o texto seja compreensível por pessoas de diferentes idades e níveis de escolaridade.
- (D) Escrever o texto com frases curtas e chamativas, priorizando a persuasão emocional sobre a argumentação lógica para captar a atenção do leitor em um contexto de grande competição por atenção.

25 Leia o texto a seguir:

Sírio Possenti (2009), no capítulo “Relações entre análise do discurso e leitura”, considera que há duas grandes vertentes nas quais a Análise do Discurso (AD) de linha francesa situa a *leitura*. Uma se dedica à investigação social de circulação dos textos, sem preocupação direta com o sentido, ou seja, seus interesses se fixam em quais textos

circulam, em quais espaços, em quais épocas, para quais leitores, por quais razões *etc.*; é-lhe relevante, por um lado, a adoção de posição de defesa de certas leituras, por estarem de acordo com um conjunto de exigências que comporiam a natureza histórica dos discursos e, de outro, a condenação de outras.

A segunda vertente de pesquisa, com certa relação com a psicanálise, privilegia propriamente o sentido; tem a ver com aquilo que o texto significa, com os sentidos “ocultos” que possam existir, pelo que lhe interessam os aspectos ligados aos implícitos, à opacidade da língua, à relação do discurso com o seu exterior *etc.*; é-lhe relevante explicitar as estratégias de leitura postas em ação em cada uma das interpretações.

Além disso, Possenti destaca a importância dos “ingredientes fundamentais da leitura”, que receberam, alternadamente, ao longo do tempo, em teorias diversas, a posição de elementos discursivamente fundamentais, mas cuja relevância, conforme o autor, só pode ser medida se levados em consideração os diferentes papéis que esses ingredientes podem exercer nos diferentes tipos de texto.

De acordo com Sírio Possenti (2009), quais são os pressupostos que fundamentam as relações entre a Análise do Discurso (AD) e a leitura e seus “ingredientes fundamentais”?

(A) Para a Análise do Discurso (AD), o sentido do texto se origina em grande parte das intenções do sujeito ou das regras por ele controladas, ou seja, por sua unidade, consciência e saber, o sentido é construído e gerido. Para a AD, o texto não tem sentido em si mesmo: tese defendida com base na ideia de que os textos têm numerosas leituras, o que permite configurar a liberdade do leitor, em que, como sujeito livre, é senhor dos sentidos que atribui ao texto. No entanto, essa liberdade pode ser restringida por fatores como o pertencimento a uma formação discursiva e a materialização do discurso em certo gênero, assim como a relação entre o texto e seu autor.

(B) Para a Análise do Discurso (AD), o texto é o árbitro definitivo da leitura, desde que concebido discursivamente, ou seja, que seja tomado como submetido a todas as restrições históricas que normalmente o afetam, e que afetam, por conseguinte, o seu autor e o seu leitor. Para a AD, o sujeito que fala é compreendido como um efeito da história, da linguagem *etc.*, e o leitor, cuja concepção é compatível com a de sujeito, também

está submetido às restrições do discurso. Nessa perspectiva, a leitura deve seguir alguns princípios como não ler um texto isoladamente, não considerar apenas o material verbal, nunca tratar a linguagem como transparente, não supor que o texto oferece todas as condições de sua leitura *etc.*

(C) Para a Análise do Discurso (AD), o sentido do texto, por ser efeito dependente da enunciação, é concebido como resultado de ato individual e irrepetível; é um processo de apropriação individual da forma de linguagem, realizado sob a força do princípio egocêntrico de organização, que produz sentidos integralmente originais a cada nova enunciação, o que rechaça qualquer possibilidade de haver algum sentido fixo, imanente ou literal. Para a AD, cada vez que o sujeito-autor – pleno de sua centralidade, homogeneidade, unicidade e domínio da instância discursiva – se encontrar em ato de discurso, este sempre será novo e singular. Nesse processo, o sentido é produzido por aquele que lê, em um momento também sempre irrepetível.

(D) Para a Análise do Discurso (AD), o sentido do texto, por ser efeito da enunciação, independe das posições enunciativas prévias aos atos singulares de enunciação. Embora as palavras possam trazer ecos de alguma situação enunciativa anterior, a “grande massa” dos efeitos de sentido é efetivamente uma realização livre, no presente do sujeito-autor. Ainda que, eventualmente, o sentido possa ser associado a alguma formação discursiva específica, isso não significa que ele esteja diante de fenômeno limitador de interpretações. Assim, o árbitro definitivo da leitura é o texto, mas sem atravessamentos discursivos e sem submissão a restrições externas, de maneira que caberá livremente ao leitor optar pela leitura que preferir, entre as muitas interpretações.

26 De acordo com os estudos de Ronice Müller de Quadros (2004) sobre o ensino de Libras como segunda língua, quais estratégias pedagógicas são mais eficazes para desenvolver a competência comunicativa dos aprendizes, considerando as especificidades da língua visual-espacial e as diferenças em relação às línguas orais?

- (A) Concentrar-se na tradução direta de frases do português para a Libras, procurando utilizar a mesma estrutura gramatical e sintática do português.
- (B) Incentivar atividades que auxiliem na leitura labial e na memorização de sinais isolados, na esperança de que a prática repetitiva leve à fluência.
- (C) Oportunizar a imersão dos alunos em ambientes onde a Libras é utilizada no dia a dia, estimulando a interação com pessoas fluentes e a prática dos sinais em situações reais
- (D) Promover o ensino da Libras da mesma forma que se ensina as línguas orais, dando mais atenção à leitura e à escrita, independentemente da importância das expressões faciais e corporais.

27 Acerca das políticas linguísticas e da educação bilíngue para surdos no contexto brasileiro, e levando em consideração as diretrizes e as discussões apresentadas por Castilho (2014), selecione a alternativa correta:

- (A) A Constituição Brasileira de 1988, ao definir o português como a língua oficial do país, implica que a educação para surdos deva ser exclusivamente em Língua Portuguesa, tratada como a primeira língua (L1), desconsiderando a importância e o uso da Libras nas instituições de ensino.
- (B) O desenvolvimento das políticas linguísticas para surdos no Brasil, conforme descrito por Castilho (2014), sugere que a Libras deve ser utilizada apenas como uma ferramenta auxiliar, sem status de língua de instrução, para evitar conflitos com o ensino da Língua Portuguesa.
- (C) Consoante às discussões sobre políticas linguísticas e educação bilíngue, adotar um padrão único de Língua Portuguesa para a educação de surdos é considerado mais eficaz para promover a coesão nacional e a uniformidade linguística. Essa abordagem desconsidera a Libras como uma língua relevante no processo educativo, excluindo-a e tratando-a como se não fosse uma língua bilíngue oficial, mas sim uma língua monolíngue.
- (D) Castilho (2014) argumenta que a adoção de uma política bilíngue que integra a Libras

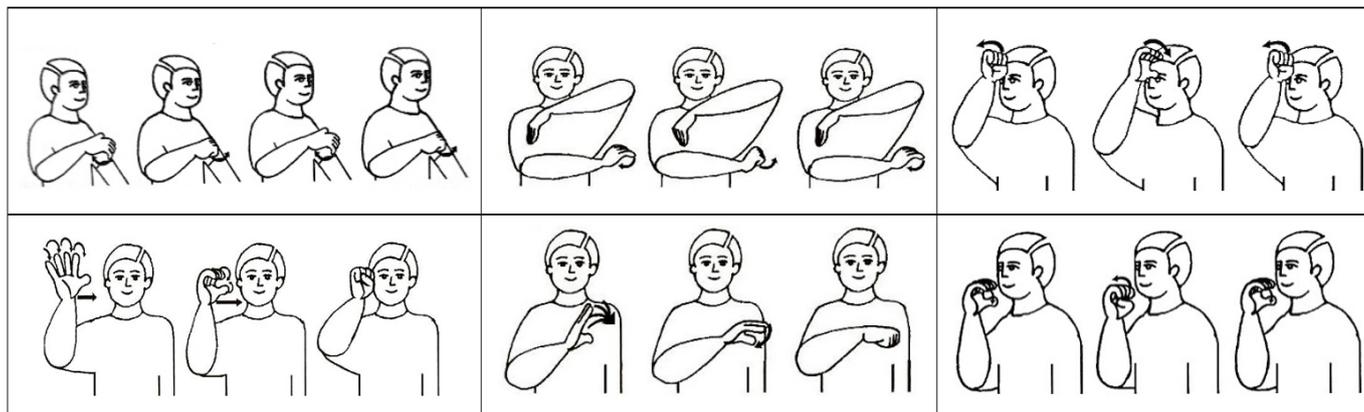
como a primeira língua (L1) e a Língua Portuguesa escrita como a segunda língua (L2) é imprescindível para atender às necessidades educacionais dos surdos, promovendo uma educação que respeite a identidade linguística e cultural desses indivíduos.

28 De acordo com a Lei nº 10.436/2002, o Decreto nº 5.626/2005 e a explicação de Strobel (2009, p. 136) citada a seguir, qual das alternativas reflete corretamente a inclusão da Libras no currículo escolar para alunos ouvintes?

“Os sujeitos “ouvintes”, que podem ser os alunos de cursos de línguas de sinais, família, professores de inclusão, professores bilíngues, intérpretes, amigos e outros, são encorajados a ver o mundo dos surdos através dos seus olhos como uma cultura diferente.”

- (A) A Lei nº 10.436/2002 e o Decreto nº 5.626/2005 estipulam que a Libras deve ser ensinada exclusivamente para surdos e não há necessidade de sua inclusão no currículo para alunos ouvintes, uma vez que a compreensão da cultura surda não é considerada obrigatória para eles.
- (B) A inclusão da Libras no currículo escolar visa permitir que ouvintes, como alunos, professores e outros, compreendam a cultura surda de maneira distinta. Essa compreensão é facilitada por meio da participação em interações sociais e do contato direto com surdos, proporcionando novas experiências. Esta abordagem está alinhada com a perspectiva de Strobel que destaca a importância de os ouvintes perceberem a cultura surda de forma diferenciada.
- (C) A Lei nº 10.436/2002 determina que a Libras deve ser ensinada apenas em cursos de formação de professores e intérpretes, não é necessária sua inclusão no currículo escolar geral para alunos ouvintes em níveis de ensino fundamental e médio.
- (D) O Decreto nº 5.626/2005 estabelece que a Libras deve ser oferecida exclusivamente como uma atividade extracurricular e a obrigatoriedade de inclusão no currículo escolar regular.

29 De acordo com pesquisas de Brito (1995), estudos comparativos com a ASL (Língua de Sinais Americana), principalmente em Stokoe (1965) e Klima e Bellugi (1979), encontram os mesmos parâmetros na Língua Brasileira de Sinais (Libras), dividindo-os em parâmetros primários e secundários. Considerando o exposto, observe os sinais abaixo e assinale qual(is) par(es) mínimo(s)* se repetem.



Imagens *in*: CAPOVILLA, F. C., RAPHAEL, W. D., TEMOTEO, J. G., MARTINS, A. C., Dicionário da Língua de Sinais do Brasil: A Libras em Suas Mãos. 1. ed. 1. reimpr.- São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017. p. 244, 929, 1409, 2036, 2297, 2488.

- (A) CMs, M e PA/L.
- (B) Or, PA/L e CMs
- (C) M, ENM e CMs.
- (D) M, ENM e PA/L.

30 O reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais (Libras) como forma de comunicação e expressão das comunidades surdas brasileiras é um dos fundamentos mais importantes das políticas linguísticas brasileiras de Educação Bilíngue para surdos. Diante desse cenário, qual das afirmações a seguir reflete corretamente essas políticas?

- (A) A política de Educação Bilíngue para surdos deve priorizar o ensino do português falado, utilizando a Libras apenas como apoio complementar.
- (B) A política de Educação Bilíngue para surdos busca a inclusão total em salas de aula regulares, sem a necessidade de adaptações específicas para o ensino em Libras.
- (C) A política de Educação Bilíngue para surdos não exige que os professores sejam fluentes em Libras, já que o português é considerado a língua prioritária no processo educativo.
- (D) A lei 10.436/02 reconhece a Libras, já o decreto 5.626/05 dispõe sobre essa língua, seu ensino, difusão e formação profissional de tradutores e intérpretes, professores e instrutores de Libras.

31 De acordo com Quadros e Karnopp (2007), a análise linguística abrange vários níveis, tais como o nível fonético, fonológico, morfológico, sintático, semântico, pragmático e discursivo. Considerando esses níveis, qual das alternativas a seguir descreve corretamente um aspecto linguístico da Libras?

- (A) O aspecto fonológico de Libras estuda as unidades mínimas que formam os sinais, incluindo a configuração de mãos, o ponto de articulação, o movimento, a orientação da mão e as expressões não manuais.
- (B) O aspecto sintático de Libras está relacionado à análise das variações regionais e culturais dos sinais em diferentes comunidades surdas no Brasil.
- (C) O aspecto morfológico de Libras foca na forma como os sinais são organizados em frases, estabelecendo regras de concordância e ordem.
- (D) O aspecto semântico de Libras se concentra exclusivamente na estrutura gramatical dos sinais, ignorando o contexto em que são usados e a intenção comunicativa.

32 Criado em 1972 por Valerie Sutton, o sistema denominado *SignWriting* (SW) representa hoje uma das possibilidades de registro por escrito para as línguas de sinais. Gumiero (2020, p. 47), narra que, de 1974 aos dias atuais, esse sistema de escrita foi utilizado em vários países. Ferramentas e softwares próprios para esse tipo de escrita foram criados, dentre eles o *SW-Edit*, uma criação brasileira que foi amplamente difundida e que serviu de base e influência para a criação do software *SignPuddle*. Sobre o SW, pode-se afirmar que:

- (A) A escrita em SW pode ser realizada à mão ou por softwares como o *SignPuddle*.
- (B) Pelo grau de complexidade, apenas é possível realizar o registro em SW por softwares especializados.
- (C) O SW não possibilita o registro escrito das expressões não manuais das línguas de sinais.
- (D) Embora recente, o SW já integra os currículos escolares sendo amplamente utilizado pelos surdos brasileiros.

33 Conforme exposto por Strobel (2013, p. 57), “a pesquisa desse sistema *SignWriting* (SW) no Brasil foi desenvolvida pela doutora surda Marianne Stumpf, junto com outros pesquisadores. O primeiro contato que ela teve com esse sistema foi no ano de 1996 e em 2005 defendeu a sua tese com esse tema. Esse sistema agora é conhecido no Brasil como Escrita em Língua de Sinais (ELS).”

Baseando-se nas diferenças entre esses sistemas conforme estudado por Marianne Stumpf e nas explicações fornecidas por Strobel, qual das alternativas abaixo está correta?

- (A) Strobel afirmou que Marianne Stumpf foi a principal responsável pela adaptação do *SignWriting* (SW) ao contexto escolar brasileiro, incluindo a Libras. Sua pesquisa concentrou-se na aplicação prática da escrita e leitura de sinais. No entanto, o nome deste sistema foi incorretamente mencionado por Strobel. O nome correto do sistema é, atualmente, Escrita de Língua de Sinais (ELiS) no Brasil.
- (B) Strobel afirmou que a principal diferença entre o *SignWriting* (SW) e a Escrita em Línguas de Sinais (ELS) é que o *SignWriting* (SW) foi criado por Valerie Sutton em 1974 e adaptado no Brasil por Marianne Stumpf

em 1996, sendo conhecido como ELS. A Escrita de Línguas de Sinais (ELiS) seria uma evolução recente desse sistema, utilizada para o ensino de línguas de sinais no Brasil desde 2005.

- (C) Strobel não apresentou uma explicação detalhada sobre as diferenças entre o *SignWriting* (SW) e a Escrita de Línguas de Sinais (ELS). De fato, o *SignWriting* (SW), desenvolvido por Valerie Sutton em 1974 e adaptado ao contexto brasileiro por Marianne Stumpf a partir de 1996, é um sistema denominado como “*SignWriting* (SW)” em inglês. Strobel quis esclarecer que o nome desse sistema em inglês, *SignWriting*, é traduzido para o português como “Escrita de Língua de Sinais” (ELS).
- (D) A Strobel afirmou que o *SignWriting* foi desenvolvido por Marianne Stumpf no Brasil em 1996 e que sua aplicação foi formalizada como Escrita de Línguas de Sinais (ELS), sendo divulgada pela professora e linguista brasileira Mariângela Estelita Barros em 2005; nesse ano, a ELS foi integrada ao currículo das universidades brasileiras.

34 O artigo 29 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) enuncia que “a Educação Infantil “tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade”. Nessa esteira, em se tratando das pessoas surdas, Stumpf e Linhares (2021) apontam que a Libras é condicional para que a criança surda seja contemplada por essa diretriz. Para as autoras a língua de sinais “não é uma ferramenta metodológica, mas uma língua pela qual metodologias, didáticas e prescrições pedagógicas irão se realizar na Educação Bilíngue de Surdos”. Com base em Stumpf e Linhares (2021), os eixos principais que compreendem o ensino da Libras como primeira língua para surdos compreendem:

- (A) Uma noção clara de língua vinculada ao pertencimento e interação com e na comunidade surda; construções identitárias pautadas na percepção e cuidado de si e dos pares; desenvolvimento físico, intelectual e cultural dos surdos.
- (B) Uma percepção da língua como instrumento metodológico elementar e suporte educa-

cional para a aprendizagem dos surdos, tangenciando, sempre que possível, reflexões socioculturais com ênfase nos aspectos idiossincráticos inatos das comunidades surdas.

- (C) Uma percepção da língua como instrumento de transitividade necessária entre surdos e ouvintes, o que delimita políticas públicas bilíngues emergentes com foco na interação entre esses dois grupos populacionais e se justifica pela presença de intérpretes educacionais, cujo papel é determinante na aprendizagem da libras pelos surdos.
- (D) Práticas pedagógicas interculturais e bilíngues que situem os surdos na cultura dos ouvintes valendo-se, para isso, do uso da língua de sinais uma ferramenta potente para uma construção identitária que se baseia no contraste de diferentes percepções de mundo.

35 O Decreto 5.626, publicado em 2005, considerava três perfis profissionais de Libras, sendo eles:

1. Formação em Pedagogia ou Normal Superior, ou Normal Médio, em todos os casos caracteristicamente tendo a Libras como língua de instrução;
 2. Curso de graduação de licenciatura plena em Letras: Libras ou em Letras: Libras/Língua Portuguesa como segunda língua – para atuação nos anos finais do Ensino Fundamental, Ensino Médio e Superior;
 3. Normal Médio para a Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental. O mesmo decreto considerava ainda a então formação de instrutores de Libras em nível Médio, a qual se daria à época por:
- (A) Cursos de educação profissional e formação continuada promovidos por quaisquer instituições de ensino ou promovidos por instituições representativas;
 - (B) Cursos de educação profissional promovidos por instituições de Ensino Básico Técnico e Tecnológico ou promovidos por instituições credenciadas por secretarias de educação;
 - (C) Cursos de educação profissional e formação continuada promovidos por instituições de Ensino Superior; instituições credenciadas por secretarias de educação e organizações representativas, desde que convalidadas por uma das duas primeiras;

- (D) Cursos de educação profissional, cursos livres, cursos de formação continuada promovidos por instituições de ensino superior e entidades representativas públicas ou privadas.

36 A Língua Brasileira de Sinais (Libras) é uma língua visual-espacial usada pela Comunidade Surda no Brasil. Como qualquer língua, ela possui aspectos linguísticos próprios, que incluem fonologia, morfologia, sintaxe, semântica e pragmática que são fundamentais para a sua estrutura e uso. Qual das afirmações abaixo está correta em relação aos aspectos fonológicos de Libras?

- (A) Em Libras, os fonemas sonoros são fundamentais para a produção dos sinais.
- (B) A configuração de mão, o ponto de articulação, o movimento, a orientação da palma da mão e as expressões não manuais são os parâmetros fonológicos da Libras.
- (C) A ordem dos sinais em Libras segue rigidamente o padrão SVO (Sujeito-Verbo-Objeto).
- (D) A iconicidade é irrelevante para o significado dos sinais em Libras.

37 Na História da Educação dos Surdos, o famoso congresso realizado em Milão (Itália), em 1880, teve seu público maior composto de italianos e franceses, unidos, principalmente, por razões políticas. Moura (2000) apresenta que, um dos motivos que tornou esse evento tão impactante na vida e educação dos Surdos no mundo todo foi a eleição do método oral como melhor alternativa para a educação de surdos. Mais de um século depois, no Brasil, políticas públicas resguardam o direito ao Surdo de aprender na sua própria língua, a Língua Brasileira de Sinais, além da aprendizagem da Língua Portuguesa na modalidade escrita. Indique quais são os cursos nos quais a Língua Brasileira de Sinais deve ser incluída e o ano que essa exigência se tornou lei.

- (A) Cursos de Letras (Português/Libras), Pedagogia e de Fonoaudiologia no ano de 2002.
- (B) Cursos de Educação Especial, de Fonoaudiologia e de Pedagogia no ano de 2005.
- (C) Cursos de Letras (Português/Libras), Pedagogia e Educação Especial no ano de 2005.
- (D) Cursos de Licenciatura e Fonoaudiologia a partir de 2005.

38 A história da educação de surdos no mundo é marcada por movimentos educacionais intensos, ora em defesa do uso de sinais ou métodos combinados, ora em defesa da oralidade. Dentre os diversos congressos internacionais que discorriam sobre essa matéria Rodrigues, Vieira-Machado e Vieira (2021), ao se apoiarem em documentos históricos, problematizam o risco de tomar o Congresso de Milão, 1880 como um espaço exclusivo de deliberações sobre a escolarização de surdos no mundo. Com base nesses autores, o Congresso de Milão:

- (A) Resultou na proibição absoluta e imediata das línguas de sinais em todo o mundo, o que perdurou pelos 100 anos seguintes dentro e fora das escolas, relegando as línguas de sinais à marginalização em todos os países simultaneamente.
- (B) Impactou o uso das línguas de sinais de diferentes formas nos demais países, o que se pode perceber pelos registros de outros congressos internacionais não representando, no entanto, a proibição das línguas de sinais de forma imediata e simultânea em todos os países.
- (C) Determinou majoritariamente que o uso de sinais representava um avanço secular para escolarização formal de surdos na Europa sob a égide dos ensinamentos de L'Epée e a crescente contratação de instrutores surdos na Europa.
- (D) Deliberou que o método oral impactava positivamente a educação de surdos, mas tal efeito decorria da capacidade inicial dos surdos em utilizarem a língua de sinais, isto é, o método oral deveria ser complementar à língua de sinais.

39 Como professor de Libras, é importante conhecer os diferentes sistemas de transcrição e escrita da Língua de Sinais para apoiar o ensino e a documentação dessas línguas, tendo em vista essa necessidade. Considerando os métodos abaixo, é correto afirmar que:

- (A) A *HamNoSys*, é um sistema técnico utilizado principalmente por linguistas, o qual facilita a compreensão detalhada dos aspectos gramaticais da língua de sinais em sala de aula.
- (B) O *SignWriting*, sendo um sistema visualmente intuitivo, permite que os alunos surdos escrevam e leiam a Língua de Sinais de

uma forma acessível, ajudando-os ler na sua língua natural.

- (C) As glosas, que utilizam palavras em português para representar sinais, são a forma mais adequada de alfabetização, pois simplificam a transcrição da Língua de Sinais para os alunos, aproximando-os da língua oral escrita.
- (D) O sistema Stokoe, sendo o primeiro a ser desenvolvido para a língua gestual, é o mais adequado para uso na sala de aula devido à sua simplicidade e ao facto de ser amplamente conhecido na educação de surdos.

40 Perlin, “mulher, surda não nativa [...] militante pela causa surda” como se define no texto escrito em 2005 (Perlin, G. T. T., *Identidades Surdas in: A Surdez: um olhar sobre as diferenças*. Org. Carlos Skliar - Porto Alegre: Mediação, 2005, 3ª ed.), analisa a sua própria existência bem como a de outros personagens para explicar as diferentes maneiras de *ser* Surdo, as identidades surdas. Para ela “a identidade cultural é formada através do pertencimento a uma cultura” e “O encontro surdo-surdo é essencial para a construção da identidade surda”. Desta maneira Strobel (Strobel, K. *As imagens do outro sobre a cultura surda*. Florianópolis: Ed da UFSC, 2008) concorda que: “a formação de identidades surdas é construída a partir de comportamentos transmitidos coletivamente pelo “povo surdo”, que ocorre espontaneamente quando os sujeitos surdos se encontram com os outros membros surdos nas comunidades surdas”. Na mesma obra, Strobel relata 8 tipos de artefatos culturais do povo surdo, sendo o artefato cultural: experiência visual aquele “em que os sujeitos surdos percebem o mundo de maneira diferente, a qual provoca as reflexões de suas subjetividades [...] Quando fazemos referência à identidade cultural, referimo-nos ao sentimento de pertencimento a uma cultura, isto é na interação do sujeito surdo com a sua comunidade”. Considerando este último trecho de Strobel, qual das identidades surdas proposta por Perlin está em consonância com o trecho sublinhado?

- (A) identidade surda híbrida.
- (B) identidade surda flutuante.
- (C) identidade surda política.
- (D) identidade surda de transição.